CORREIO POPULAR
Publicado em 31/07/2022 - 05:53

Prefeitura mapeia prédios abandonados para ocupá-los com repartições públicas

Ricardo Lima

Vista parcial do Centro de Campinas, com centenas de imóveis — alguns deles estão em situação de abandono e poderão ser adquiridos pela Prefeitura de Campinas no futuro

|| Rodrigo Piomonte

ENTREVISTA

Prefeitura mapeia prédios abandonados em Campinas

Objetivo é comprar os imóveis para transformá-los em repartições

Ricardo Lima

O advogado e secretário municipal de Assuntos Jurídicos, Peter Panutto

Campineiro, professor, doutor e mestre em Direito Constitucional, autor de três livros jurídicos e vários artigos científicos, o advogado Peter Panutto coloca toda a sua experiência de anos de vida acadêmica à frente da atual Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos. Sua mais recente missão é empenhar-se no mapeamento de prédios abandonados em Campinas, que estejam ociosos e com dívida de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). O objetivo é viabilizar a aquisição desses imóveis por parte da Prefeitura para a instalação de repartições públicas. Segundo o secretário, que adiantou o assunto com exclusividade ao **Correio**, o levantamento dos prédios ainda está em fase inicial.

Ocupando o cargo pela primeira vez desde o início de um governo, Panutto tem sido o responsável por dar legalidade às políticas públicas aplicadas pela administração de Dário Saadi (Republicanos), com destaque para as mais de 20 ações do Programa de Aceleração Econômica e Social (Paes). Filho do ex-vereador Antônio Panutto, parlamentar com discurso combativo, respeitado e que teve intensa atividade política na cidade na década de 70, o atual secretário foi o convidado do presidente-executivo do **Correio Popular**, Ítalo Hamilton Barioni, para a entrevista desta semana.

No bate-papo, Panutto se revela um profissional de perfil extremamente técnico, mas que valoriza a função social e resolutiva do Direito em suas atividades na Prefeitura. Diz ter seu trabalho pautado no amplo diálogo com as demais Secretarias e ressalta a satisfação em ocupar o cargo em um dos maiores municípios do Brasil. Lembra da emoção ao voltar ao Paço Municipal, local que frequentou quando criança junto ao falecido pai nas sessões da Câmara Municipal que aconteciam no segundo andar do imponente prédio de paredes de mármore, e comenta sobre o papel da pasta nos trabalhos que envolvem a esperada revitalização do Centro.

O sr. é de família típica campineira, correto? Conte um pouco sobre sua relação com a cidade.

Por parte de meu pai, minha origem é italiana. Tenho bisavós vindos da Itália e avós nascidos aqui na região. Eu, igual aos meus pais, nasci em Campinas. Cresci na região do Swift, no bairro Santa Odila. Estudei até a 8ª série na Escola Estadual Professor Luis Galhardo. Foi uma época muito gostosa. Me lembro que a gente brincava no Seminário São Francisco de Paula. Lá funcionava a Faculdade de Engenharia da PUC-Campinas. Tinha também a Paróquia Santo Cura D'Ars. A gente brincava ali, quando o seminário estava aberto e também quando estava fechado (risos). Era costume as crianças entrarem para brincar de futebol no campo no seminário. Tinha uma pista de atletismo também. E a gente ficava por lá. Da minha infância, eu tenho muita memória boa daquela região. Era uma época diferente da Campinas de hoje. Realmente dá muita saudade.

Já pensava no Direito naquela época?

Depois da escola Luis Galhardo, estudei na Fundação Bradesco. Era um colégio muito exigente na parte das disciplinas da área de Exatas. Exigia demais de Física, Química e Matemática. E eu sempre gostei muito de História e Língua Portuguesa. Gostava de ler e escrever. Então, na minha adolescência, depois que me formei no curso técnico de Eletrônica, eu só tinha uma coisa na cabeça: não queria seguir na área de Exatas. Foi uma decisão muito pragmática ir para a Faculdade de Direito. Eu entendia, na época, que seria uma carreira que poderia me dar segurança. Eu já tinha perdido meu pai. Perdi meu pai com 17 anos. Então, eu precisava tomar uma decisão sobre o que fazer do meu futuro. E o vestibular em Direito foi essa decisão. E eu acertei, graças a Deus!

Seu pai foi o ex-vereador Antônio Panutto. Como era ser filho de um parlamentar naquela época?

Eu era criança quando meu pai foi vereador. Ele pegou o primeiro mandato no início da década de 70. Eu nasci em 1974. Depois, ele teve um segundo mandato. Foi, inclusive, aquele mandato estendido até por volta do início da década de 80. O Brasil estava saindo da ditadura militar. Então, ele ficou dez anos como vereador no total. Após a década de 80, foi o período que vivenciei um pouco mais a vida política de meu pai.

Fale um pouco sobre seu pai.

Meu pai era muito entregue ao cargo que ele detinha. Sempre muito intenso nas discussões e debates. Sempre muito nervoso também. Era uma época diferente. Havia um certo romantismo na política, com discursos muito bem articulados. Meu pai sempre discursou muito bem.

Era um jeito bem diferente de fazer política em relação aos dias de hoje, né?

Era tudo muito caseiro. Não havia equipes nem toda essa estrutura que vivemos hoje. Me lembro que, em 1982, meu pai tentou uma reeleição e não conseguiu. Eu tinha oito anos e acompanhava as equipes que eram todas formadas pela nossa família e amigos. Eu tinha até um 'discurso' que lia quando batia nas casas dos bairros com aquele 'santinho' de campanha na mão para entregar aos eleitores. Eu tenho essa memória. Mesmo sendo criança, cheguei a fazer campanha para o meu pai.

Esse elo que o sr. tem hoje com a política o sr. acredita ter vindo da experiência de ser filho de político?

Eu tenho esse elo com a política, sem dúvida, por causa de meu pai. A minha atuação na Prefeitura é jurídica, mas tenho uma atuação política também, que é esse diálogo com as demais Secretarias, com o Poder Judiciário, com o Ministério Público. Entendo que essa experiência em ter acompanhado meu pai, mesmo sendo criança, me ajudou e me ajuda muito.

Antes do trabalho na administração pública, o sr. exerceu a advocacia. Como foi o início da carreira?

Durante a faculdade, eu trabalhava como técnico em eletrônica durante o dia e estudava à noite no campus da PUC no Centro, no Pátio dos Leões. Fui fazer estágio apenas depois de formado. Por necessidade, foi essa a minha escolha. Eu tinha que pagar a faculdade e não tinha condições de abandonar o emprego para fazer o estágio. Mas logo depois de formado, em 1997, eu comecei a advogar. Em 2001, surgiu uma oportunidade de ser contratado como advogado da assistência judiciária da faculdade. Na ocasião, por uma questão burocrática da própria faculdade, acabei contratado como professor de práticas jurídicas. E assim, também por um acaso, começou minha vida acadêmica.

Fale um pouco da sua formação acadêmica.

Comecei meu primeiro mestrado em processo civil logo após essa oportunidade e, a partir de 2002, comecei a dar aula. A atuação como gestor foi a partir de 2008. Na época, como coordenador de monografia e atividades complementares. Em 2010, o então reitor da universidade, padre Wilson Denadai, me convidou para assumir a direção da Faculdade de Direito. Fui diretor da Faculdade de Direito da PUC-Campinas entre 2010 e 2018. Foi uma oportunidade muito rica para a minha vida. Até hoje tenho muito orgulho disso, pois se trata de uma das faculdades mais reconhecidas do Brasil. Entre as dez faculdades do Brasil. Depois que deixei a direção da faculdade, iniciei uma carreira de pesquisador.

O sr. participou da criação do mestrado em Direito na PUC-Campinas?

Sim. Foi uma participação da comunidade universitária. Acabei mergulhando na vida acadêmica. Fiz um segundo mestrado, que foi em Direito Constitucional, depois doutorado e também um pós-doutorado em Direito Constitucional. Gosto muito da vida acadêmica. Para mim, não é um trabalho, é uma oportunidade de vida.

O senhor tem livros publicados?

Sim. Tenho três livros jurídicos e artigos científicos publicados. Um dos livros é sobre Processo Civil. Um segundo sobre Direito Eleitoral, onde fiz uma pesquisa sobre a Lei da Ficha Limpa. E um terceiro, que é a minha tese de doutorado, onde estudei os precedentes judiciais vinculantes, que é um paralelo que o Brasil fez com países como Inglaterra e Estados Unidos, para trazer para essa cultura de precedentes para o País. O estudo foi que os tribunais não devem decidir os casos isoladamente e sim entender qual a repercussão de um caso nos demais casos. Ou seja, entender como uma decisão de hoje vai ser aplicada nos casos futuros. É isso que no Direito chamamos de precedentes.

Sua entrada na vida pública foi com o ex-prefeito Jonas Donizette. Vocês já tinham uma relação anterior?

Eu já tinha trabalhado com o ex-prefeito Jonas como advogado eleitoral. Trabalhei com Jonas quando ele concorreu com o ex-prefeito Hélio e, depois, quando ele se elegeu deputado estadual como suplente. E vou explicar o porquê como suplente. Na época, nós entendemos que havia um candidato que deveria ter tido os votos anulados pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e não teve. Então, como os votos não foram anulados, eles foram considerados no coeficiente eleitoral. Diante disso, criamos uma tese de que, com os votos sendo anulados desse candidato, o Jonas entraria. E saímos vitoriosos. O TRE-SP não considerou essa tese, mas conseguimos reverter no TSE, em Brasília, e o Jonas assumiu o mandato no sétimo mês. Então, eu tive com ele um trabalho por alguns anos. E quando ele foi para o primeiro mandato como deputado federal, a gente se desligou. Não seria possível manter a minha carreira acadêmica trabalhando em Brasília. Quando o Jonas voltou de Brasília e assumiu a Prefeitura de Campinas, em 2019, ele ligou e me convidou para ocupar a Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos, com a saída do então secretário.

Como foi a entrada do sr. à frente da pasta?

Foi mais um desafio. O cargo em si é de uma responsabilidade muito grande. Naquele momento do convite, eu sabia da minha responsabilidade. Eu não entrei na Secretaria para corrigir problema nenhum. Eu entrei para imprimir o meu trabalho. Organizar melhor as estruturas e melhorar o diálogo com o Poder Judiciário e com o Ministério Público. Então, entendo que foi essa a minha função. Penso que, logo num primeiro momento, consegui realizar o que foi proposto.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Popular - Campinas/SP

Seção: Cidades **Caderno:** A **Pagina:** 4

Copyright © Clipclap 2025.